

INSTITUTO FEDERAL GOIANO - IFGOIANO  
CAMPUS AVANÇADO IPAMERI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (*LATU SENSU*) EM DOCÊNCIA DO  
ENSINO SUPERIOR

**A PANDEMIA (COVID-19): CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE  
MENTAL DOS PROFESSORES**

IPAMERI/GO  
FEVEREIRO/2021  
FERNANDA PACHECO VIANA GUIMARÃES

INSTITUTO FEDERAL GOIANO - IFGOIANO  
CAMPUS AVANÇADO IPAMERI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (*LATU SENSU*) EM DOCÊNCIA DO ENSINO  
SUPERIOR

**FERNANDA PACHECO VIANA GUIMARÃES**

**A PANDEMIA (COVID-19): CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE MENTAL DOS  
PROFESSORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal Goiano, Campus Avançado Ipameri, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Docência no Ensino Superior orientado pela Prof.<sup>a</sup> M.a. Hilma Aparecida Brandão.

IPAMERI/GO  
FEVEREIRO/2021

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
**Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano**

GG963p      Guimarães, Fernanda Pacheco Viana  
A pandemia (Covid-19): Consequências para a saúde  
mental dos professores / Fernanda Pacheco Viana  
Guimarães; orientadora Prof. M.a. Hilma Aparecida  
Brandão. -- Ipameri, 2021.  
24 p.

TCC (Graduação em Docência do Ensino Superior ) --  
Instituto Federal Goiano, Campus Ipameri, 2021.

1. Contexto pandêmico. 2. Saúde mental. 3.  
Professores. I. Brandão, Prof. M.a. Hilma Aparecida,  
orient. II. Título.

2 **TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO- CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

3 **IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA**

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Tese                                   | <input type="checkbox"/> Artigo Científico                         |
| <input type="checkbox"/> Dissertação                            | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro                         |
| <input checked="" type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro                                     |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação                        | <input type="checkbox"/> Educacional Trabalho Apresentado emEvento |

Produto Técnico e - Tipo: \_\_\_\_\_

Nome Completo do Autor: Fernanda Pacheco Viana GuimarãesMatrícula:  
2019212301630386

Título do Trabalho: A PANDEMIA (COVID-19): CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE MENTAL DOSPROFESSORES

4 **RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO**

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique: \_\_\_\_\_

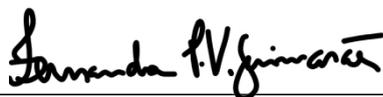
Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: \_06\_/\_06\_/2021\_ O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

**DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

\_\_\_\_Ipameri\_\_\_\_, \_\_\_\_06\_/\_\_06\_/2021\_\_.  
Local Data



Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO  
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 6/2021 - CMPAIPA/IFGOIANO

## ATA Nº 06/2021

### BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às 19 h (dezenove horas) reuniram-se os componentes da banca examinadora em sessão pública realizada por videoconferência, para procederem a avaliação da defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, em nível de especialização, intitulado "**A PANDEMIA (COVID-19): CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES**", de autoria

de **FERNANDA PACHECO VIANA GUIMARÃES**, discente do Programa de Pós-Graduação *Latu Senso* em Docência do Ensino Superior, do Instituto Federal Goiano - Campus Avançado de Ipameri. A sessão foi aberta pelo(a) presidente da Banca Examinadora, Prof. M.a. Hilma Aparecida Brandão, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida o(a) autor (a) para, em 30 min., proceder à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu o(a) examinado(a), tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se a avaliação da defesa. Tendo-se em vista as normas que regulamentam o Programa de Pós-Graduação *Latu Senso* em Docência do Ensino Superior, e procedidas às correções recomendadas, o Trabalho de Conclusão de Curso foi **APROVADO**, com a média final **9,7**, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de Especialista em Docência do Ensino Superior, na área de concentração em Educação, pelo Instituto Federal Goiano - Campus Avançado de Ipameri. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega na secretaria do Programa de Pós-Graduação *Latu Senso* em Docência do Ensino Superior da versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior, com as devidas correções. Assim sendo, a defesa perderá a validade se não cumprida essa condição, em até **60 (sessenta) dias** da sua ocorrência. A Banca Examinadora recomendou a publicação dos artigos científicos oriundos desse Trabalho de Conclusão de Curso em periódicos após procedida as modificações sugeridas. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, e para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente pelos membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca Examinadora

Nome	Instituição	Situação no Programa
Hilma Aparecida Brandão	IFGoiano - Campus Avançado de Ipameri	Presidente
Ana Alice dos Passos Gargioni	IFGoiano - Campus Avançado Ipameri	Membro interno

Jaqueline Ferreira dos  
Reis

Doutoranda em  
Educação FAGED/UFU -MG

Membro externo

Documento assinado eletronicamente por:

Jaqueline Ferreira dos Reis, Jaqueline Ferreira dos Reis - Professor Avaliador de Banca - Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri (10651417000844), em 25/05/2021 16:27:54.

- Fernanda Pacheco Viana Guimarães, 2019212301630386 - Discente, em 04/05/2021 10:23:23.
- Ana Alice dos Passos Gargioni, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 16/04/2021 16:50:10.
- Hilma Aparecida Brandao, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 08/04/2021 20:34:46.
- 

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/04/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse

<https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campu

s Avançado Ipameri Av. Vereador José Benevenuto (GO - 307), Zona Rural,  
None, IPAMERI / GO, CEP 75780-000

## A PANDEMIA (COVID-19): CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES

Fernanda Pacheco Viana Guimarães<sup>1</sup>,  
Orientadora: Professora Mestra Hilma Aparecida Brandão<sup>2</sup>,

Data de submissão: 08/04/2021

Data de aprovação: 08/04/2021

### RESUMO

O artigo a seguir tem como tema a Pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-COV-2), objetivando compreender como esse momento pandêmico repercutiu na saúde mental dos professores - visto que a docência já é considerada uma das profissões mais estressantes devido à precarização das condições de trabalho, desvalorização e acúmulo de tarefas- identificando o contexto social geral, sobretudo o da Educação em tempos de pandemia, por meio da interpretação dos documentos jurídicos publicados desde o início da pandemia; as particularidades da modalidade de ensino remoto e os possíveis impactos da pandemia para a saúde dos professores, a partir de autores que versem sobre o assunto, entre outros, Vidal (2002), Bettilo e Martins (2004), Guarezi (2009), Pretto et al (2020). Utilizamos como metodologia a revisão bibliográfica, por meio de abordagem qualitativa. Conclui-se, ao final, que o investimento em recursos tecnológicos nas instituições escolares brasileiras é fundamental, bem como na formação dos professores para que possam utilizar desses recursos com qualidade; de modo emergencial, que os governantes propiciem um olhar atento para esses profissionais desenvolvendo programas com multiprofissionais qualificados para desenvolver atividades voltadas para a melhoria da saúde mental dos professores.

**Palavras-chave:** Contexto pandêmico. Saúde mental. Professores.

### ABSTRACT

The following article has as its theme the Pandemic caused by the new coronavirus (SARS-COV-2), aiming to understand how this pandemic moment affected the mental health of teachers,

---

<sup>1</sup> Pós-graduando em Docência do Ensino Superior no Instituto Federal de Ciência, , Tecnologia e Educação Campus Avançado Ipameri. E-mail: fepavigui@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora do Curso de Docência do Ensino Superior no Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação, Campus Avançado Ipameri. Licenciada em História pela Universidade Federal de Goiás, Campus Avançado de Catalão; em Pedagogia pelo CLARETIANO – Goiânia; Pós-graduada em História do Brasil, Campus Avançado de Catalão - UFG ; Mestre em História – UFU; Doutoranda em Educação – UFU.

since teaching is already considered one of the most stressful professions due to the precariousness of working conditions, devaluation and, accumulation of tasks, identifying the general social context, especially that of Education in times of pandemic, through the interpretation of legal documents published since the beginning of the pandemic; the particularities of the remote education modality and the possible impacts of the pandemic on the health of teachers based on authors dealing with the subject, among others, Vidal (2002), Bettilo and Martins (2004), Guarezi (2009), Pretto et al (2020). We used the bibliographic review methodology, through a qualitative approach. Finally, it is concluded that investment in technological resources in Brazilian school institutions is essential, as well as in the training of teachers so that they can use these resources with quality; in an emergency way, that government officials provide a close look at these professionals by developing programs with qualified multiprofessionals to develop activities aimed at improving the mental health of teachers.

**Keywords:** Pandemic context. Mental health. Teachers.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1 A COVID-19 E A IMPOSIÇÃO DO TRABALHO REMOTO EMERGENCIAL NA REDE DE ENSINO BRASILEIRA.....</b>	<b>10</b>
<b>2 A PANDEMIA E O MUNDO DO TRABALHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES NESSE CONTEXTO .....</b>	<b>16</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>24</b>

## INTRODUÇÃO

A inesperada pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-COV-2) alterou a rotina de professores e alunos no Brasil todo, levando a implantação de um modelo de ensino emergencial feita às pressas nas instituições de ensino, independentemente do nível, uma consequência de leis que exigiam o isolamento social, como forma de conter o avanço do vírus e um colapso no sistema público de saúde. A princípio, isso ficou determinado pela “Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência de Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)” (BRASIL, 2020).

Com a determinação do isolamento, muitas atividades tiveram que ser repensadas ou até mesmo canceladas. O trabalho em *home office*, os serviços de alimentação em *delivery* e compras on-line, as proibições de frequentar lugares que aglomeram pessoas, como cinemas, praias, *shoppings* etc., além da mudança na forma de dar aula, que deixou de ser ofertada de modo presencial e passou a ser de maneira remota.

Todavia, nem todos estavam preparados para viver essa nova realidade de uma hora para outra, seja pela dificuldade de manusear os recursos tecnológicos ou mesmo por não possuírem os instrumentos necessários à sua execução, o que tem ocasionado dificuldades e frustrações que, por consequência, podem ter gerado ou acentuado algum problema de saúde, sobretudo os relacionados aos aspectos psicológicos.

Sabe-se que a profissão de docente é considerada uma das mais estressantes devido à precarização das condições de trabalho, excesso de tarefas, baixa remuneração e valorização do trabalho. Lidar com salas cheias, alunos sem a menor noção de respeito ou limites comportamentais, e ainda possui um agravante de ser uma profissão que sofre violência física e verbal. E esse estresse pode facilitar o agravamento ou desencadear de diversas doenças como: obesidade, hipertensão, dores musculares, depressão, ansiedade, dificuldade de concentração, insônia, entre outras.

Um dos ambientes que teve mudanças drásticas foi o ambiente escolar, que passou a atender os alunos de maneira remota, exigindo que os professores reaprendessem sua profissão e que a família se responsabilizasse pelo acompanhamento da rotina escolar dos estudantes. Podemos afirmar que para uma minoria isso não se constituiu como grande problema, seja por também desempenhar seu serviço em *home office*, pela capacidade dos alunos de desenvolver estudos autônomos e, portanto, de modo independente, e pelo fato de disporem de ferramentas necessárias para acompanhar as aulas. Entretanto, para a grande

maioria acarretou em problemas comprometedores de seu real aprendizado, por vários motivos, entre eles a falta de acesso a internet, a falta de aparelhos adequados ou mesmo de um adulto por perto para acompanhar as atividades escolares, dentre muitos outros.

Em meio a todos estes problemas está a figura do professor, que assim como os alunos, encontra muitas dificuldades para desenvolver suas atividades de maneira satisfatória e de modo inclusivo. Para isso, teve que se reinventar, aprendendo sobre novas ferramentas e formas de dar aula, passando por um profundo processo de transformação em seu modo de exercer a profissão. Tudo isso leva ao surgimento ou agravamento do quadro de ansiedade de muitos, atingindo psicológico dos professores de modo bastante negativo por inúmeros motivos, como grandes cobranças, excesso de atividades profissionais associadas às de cunho pessoal, como o cuidar da casa, dos filhos, entre tantos outros apresentados cotidianamente nas mídias digitais ou nos programas jornalísticos.

Por prévias conversas e/ou pelas reportagens comumente reproduzidas nos últimos meses é possível verificar que nem todos estavam ou estão preparados para lidar com as novas Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), por parte de todos os envolvidos, pais, professores, gestores de escola e alunos. A justificativa para a tomada desta decisão teve como fundamento principal e único meio possível de assegurar o cumprimento do ano letivo.

Com a adoção de algumas ações e planejamentos, em determinados lugares, está sendo possível manter e garantir a continuidade das atividades educacionais, mas para isso foi preciso formação e ferramentas que garantissem esse processo. Hoje estamos num momento de nova configuração do trabalho dos professores, que “aprendem fazendo”, em conjunto com os discentes, familiares e gestores escolares.

A partir dessas considerações, pretendemos uma análise sobre os impactos da pandemia na saúde mental dos professores. Entendemos que a pandemia não interferiu apenas no modo de trabalho do professor, mas também de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, gestão escolar, alunos e pais/responsáveis. Entretanto, atentamo-nos aqui para um olhar direcionado a perspectiva dos professores.

Ressaltamos que o interesse por este tema surge do contato que tenho com professores exercendo a função de profissional da saúde na qualidade de enfermeiros, no Pronto Socorro Municipal de Ipameri (GO). Sendo assim, despertou-me o interesse de saber um pouco mais sobre o quadro de saúde desses profissionais, por ser frequente o relato da situação de desenvolvimento de doenças psicológicas ocasionadas por essa modalidade de ensino, em meu próprio ambiente de trabalho.

O nosso trabalho apresenta como objetivo geral: compreender como esse momento pandêmico repercutiu na saúde mental dos professores. Para que se alcançasse esse objetivo geral, foi preciso, antes, cumprir os específicos: (a) compreender de modo geral o contexto social geral, sobretudo o da Educação em tempos de pandemia, por meio da interpretação dos documentos jurídicos publicados desde o início da pandemia; (b) entender as particularidades da modalidade de ensino remoto; (c) compreender quais são os possíveis impactos da pandemia para dos professores, a partir de autores que versem sobre o assunto.

Para que os objetivos fossem cumpridos, adotamos a revisão bibliográfica, fundamentados em decretos federais para contextualizar a pandemia e em autores/pesquisadores que versem sobre o contexto de ensino remoto emergencial, como Rocha et al (2020), Silva et al (2020), Costa et al (2020), Santos (2020), entre outros. Seguidamente, fundamentamo-nos na pesquisa qualitativa almejando compreender os fenômenos comportamentais que caracterizam o ensino do professor neste momento atual de pandemia. A pesquisa qualitativa justifica-se por “permitir a compreensão do cotidiano como possibilidade de vivências únicas, impregnadas de sentido, realçando a esfera do intersubjetivo, da interação, da comunicação e proclamando-o como espaço onde as mudanças podem ser pressentidas e anunciadas” (GUEDIN; FRANCO, 2011, p. 61).

Considerando todas essas questões dividimos o texto em dois momentos. No primeiro faremos uma breve análise sobre o processo de implantação do ensino emergencial nas instituições de ensino brasileiras, destacando os principais aparatos legais, em plano nacional, do início da Pandemia aos dias atuais, direcionados à regulamentação da educação no Brasil. Em seguida, abordaremos sobre as consequências do isolamento social e do ensino remoto para a saúde mental de professores, tecendo algumas considerações sobre o tema.

## **1 A COVID-19 E A IMPOSIÇÃO DO TRABALHO REMOTO EMERGENCIAL NA REDE DE ENSINO BRASILEIRA**

A Pandemia foi declarada formalmente após publicação da Portaria n. 188, em 3 de fevereiro de 2020, pelo ministério da Saúde, declarando Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, que tem como objetivo principal conter ou amenizar o rápido contágio causado pelo novo Coronavírus – vulgarmente Covid-19 – como ficou definido no Art. 1 do documento “Declarar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional conforme Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011”. Como consequência, foi preciso, “Estabelecer o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo

nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional”. Em 06 de Fevereiro de 2020, a Lei nº 13.979 já dispunha sobre as medidas a serem adotadas para enfrentamento da Pandemia.

Essa situação num primeiro instante pegou muitos de surpresa, gerando sentimentos diversos, inquietude, insegurança, medo, entre outros despertados por qualquer novidade. Com o passar do tempo podemos dizer que “A pandemia da COVID-19 pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) tem se apresentado como um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século” (WERNECK; CARVALHO, 2020, p. 01).

O conhecimento científico insuficiente acerca do novo vírus, o seu rápido contágio e sua capacidade de ocasionar mortes na mesma proporção, sobretudo ao grupo de pessoas consideradas vulneráveis, ocasionam incertezas em relação aos melhores métodos para enfrentar a pandemia nos mais variados ambientes do mundo. No Brasil, como se não bastasse o desconhecimento do assunto pelos cientistas e população em geral, a situação piora com as particularidades da doença – sobretudo as referentes a transmissão – ajuntado ao contexto de grande desigualdade, por conta da grande quantidade de pessoas que vivem em situações precárias de habitação, seja pelo espaço pequeno que não as permitem se isolarem de maneira adequada, seja pelo precário saneamento, entre outras tantas situações (WERNECK; CARVALHO, 2020).

Por conta do pouco conhecimento do assunto via-se essa doença como uma realidade distante, como um problema apenas de outros países, como a China, Itália, entre outros. Talvez, por conta disso, demoramos a tomar atitudes que ajudassem a evitar a rápida contaminação que houve no país, tentando evitar eventos de grande aglomeração, como o Carnaval em fevereiro (WERNECK; CARVALHO, 2020).

A partir do Decreto Nacional, couberam às autoridades de cada Estado delimitar as medidas necessárias para que a doença não fosse espalhada, sendo facultado de acordo com critérios epidemiológicos de cada Estado a suspensão das aulas presenciais nas instituições escolares, como forma de evitar maior número de contaminação e de acordo com as determinações das autoridades sanitárias.

Em 16 de março de 2020 foi publicada uma nota de esclarecimento, pelo Conselho Nacional de Educação versando sobre orientações sobre medidas a serem adotadas para a reorganização do calendário escolar, assegurando o cumprimento dos 200 dias letivos e carga horária mínima anual, conforme previsão legal. Nesse período ainda não se tinha discutido sobre as aulas remotas. A preocupação central era com a reposição das aulas de modo a não

prejudicar o cumprimento do calendário escolar, que, para tal, deveria ser reorganizado e submetido às autoridades competentes.

Todavia o aumento célere de casos da doença fez as autoridades compreenderem que não teria como conjecturar uma volta as aulas enquanto a doença não fosse minimizada ou um remédio confeccionado. Por conta das incertezas e por pressão resultante da preocupação dos pais, professores e demais relacionados à vida escolar de forma geral, autoriza-se o ensino remoto. Inicialmente no Ensino Superior, por meio da Portaria 343, de 17 de março de 2020, o objetivo foi:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Determinada inicialmente para vigorar por 30 dias. No dia 20 de março de 2020 o Decreto Legislativo nº 6 de 2020 reconhece a situação de calamidade pública no país, estendendo seus efeitos até 31 de dezembro de 2020 e autorizando que os trabalhos pudessem ser desenvolvidos de modo virtual. Ressaltamos que embora o Decreto Legislativo tenha sido aprovado apenas três dias depois da portaria citada acima, o seu teor não foi modificado, sendo prorrogada por mais 30 dias pela Portaria nº 395, de 15 de abril de 2020 e novamente renovada por mais 30 dias pela Portaria 473, de 12 de Maio de 2020. Apenas no dia 19 de Junho de 2020 foi emitida a Nota Técnica Conjunta nº 17/2020/CGLNRS/DPR/SERES/SERES, tendo esta o objetivo de dispor “sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19 e revoga as Portarias nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345 de 19 de março de 2020 e nº 473, de 12 de maio de 2020”, que foi encaminhada a CONJUR/MEC. Por fim, a Portaria nº 544, de 16 de Junho de 2020 “Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020”.

Assim, embora o ensino remoto emergencial tenha se iniciado em alguns Estados, em datas anteriores, essa modalidade só se configura como regulamentada por Lei e com diretrizes para a forma de funcionamento em meados de Junho, por meio da Lei 544, de 16 de Junho de 2020, ficando determinado:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

§ 1º O período de autorização de que trata o caput se estende até 31 de dezembro de 2020.

Embora a Lei se estendesse até o 31 de Dezembro de 2020, em 6 de outubro de 2020 é emitido um Parecer do Conselho Nacional de Educação estabelecendo normas educacionais excepcionais a serem adotadas por todas as instituições de ensino do país, incluindo as privadas, enquanto durasse a situação de calamidade pública no país. Este Parecer foi reexaminado e um novo Parecer de nº 19 foi aprovado em 08 de dezembro de 2020, pelo CNE, que determinou as novas diretrizes para o ensino no país. Este parecer foi homologado pelo Ministro da Educação, por meio do Despacho publicado no Diário Oficial da União no dia 10 de dezembro de 2020, com o seguinte teor:

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CP nº 19/2020, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação - CP/CNE, que definiu as Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, consoante o Projeto de Resolução a ele anexo, conforme consta do Processo nº 23001.000334/2020-21.

Embora ainda pairam muitas dúvidas sobre o assunto as Diretrizes concedem liberdade e responsabilidade no que diz respeito ao retorno de aulas presenciais, conforme

Art. 8º Cabe aos sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, bem como às secretarias de educação e às instituições escolares públicas, privadas, comunitárias e confessionais, definir seu calendário de retorno às aulas, em acordo com as decisões das autoridades sanitárias locais e dos entes federados, tendo em conta análise que identifique os riscos envolvidos na volta às aulas presenciais e, quando possível, apresentar mapeamento dos riscos locais e/ou regionais.

Entretanto, mesmo permitindo a volta às aulas presenciais, as Diretrizes exigem atenção para a necessidade de cumprimento de algumas regras básicas que garantam a segurança de todos, determinando:

Art. 9º A volta às aulas presenciais deve ser gradual, por grupos de estudantes, etapas ou níveis educacionais, em conformidade com protocolos produzidos pelas autoridades sanitárias locais, pelos sistemas de ensino, secretarias de educação e instituições escolares, com participação das comunidades escolares, considerando as características de cada unidade educacional, observando regras de gestão, de higiene

e de distanciamento físico de estudantes, de funcionários e profissionais da educação, com escalonamento de horários.

Dessa forma, a volta ao sistema presencial ainda precisa ser combinado ao ensino remoto, que, assim, se configura como modalidade principal até os dias atuais, com a renovação e criação de novas resoluções e decretos, uma vez que a pandemia ainda se apresenta em período de pico, pois pode ser transmitida a qualquer momento, a partir do contato e interações que configurem aglomerações. Por conta disso, muitas outras resoluções e decretos foram criados visando a melhor adequação possível para a realização das atividades com cuidado.

De acordo com Souza et al (2021), todos estes documentos foram confeccionados tendo como base a Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, publicada pelo Governo Federal que versa acerca das normas excepcionais para o ano letivo da educação básica e do ensino superior, levando em consideração o estágio de emergência de saúde pública, prevista na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Esse documento regulamentou a excepcionalidade de alteração de datas para o cumprimento do calendário escolar a partir do momento que permitiu a carga horária das atividades fossem flexibilizadas sem necessariamente estarem em consonância com a quantidade de dias letivos programas no início do ano. Essa medida encontra fundamentação ainda no art. 23, § 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que permite “adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei”.

Por se tratar de uma realidade inesperada, da qual não havia planejamento prévio, muitos transtornos foram gerados. Por exemplo, a ausência de orientações, ferramentas e estrutura, além do não preparo dos docentes para o ensino não remoto, além de gerar desfalques no nível de ensino, também pode ter acentuado problemas de saúde, sobretudo os desconfortos psicológicos, como a ansiedade e a depressão, frutos de inúmeros fatores associados as mudanças bruscas de vivência decorrente do isolamento imposto pela Covid.

Além dos aspectos legais citados, faz-se necessário mencionar aqui que o Ensino Remoto Emergencial não tem o mesmo significado de Educação à distância (EAD), por conta das inúmeras particularidades de cada um, além da complexidade que é a estruturação de um curso na modalidade a Distância (EAD).

A EaD envolve planejamento anterior, consideração sobre perfil de aluno e docente, desenvolvimento a médio e longo prazo de estratégias de ensino e aprendizagem que

levem em consideração as dimensões síncronas e assíncronas da Ead, envolve a participação de diferentes profissionais para o desenvolvimento de produtos que tenham, além da qualidade pedagógica, qualidade estética que é elaborada por profissionais que apoiam o professor na edição de materiais diversos, conforme afirmam Maia e Mattar (2008). Já a educação remota emergencial, conforme afirmam Hodges *et al.* (2020) é uma mudança temporária da entrega de conteúdos curriculares para uma forma de oferta alternativa, devido à situação da crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para as aulas previamente elaboradas no formato presencial, podem ser combinadas para momentos híbridos ao longo da crise, em situações de retorno parcial das aulas e quantitativo de alunos e possuem duração delimitada pelo tempo em que a crise se mantiver (ARRUDA, 2020, p. 265).

Essa diferenciação é fundamental particularmente pelas confusões feitas até mesmo por gestores ao se referirem a modalidade de ensino atual, que tem insistido em falar que tem aderido ao ensino a distância, que já era adotado no país e como colocado acima trata-se de outra forma de ensino.

Apesar de estarmos vivendo em um momento que os recursos tecnológicos estão presentes em vários setores, o educacional ainda não tem total domínio, seja em quantidade de materiais ou de funcionários aptos a usar essas ferramentas, o que é visível

Principalmente nas escolas de bairro, as gestões têm feito professores sistematizarem leituras, providenciarem materiais inéditos e recursos de apoio, estarem à disposição para dúvidas, produzirem videoaulas e transmissões ao vivo. **Muitos docentes, além de não ter o preparo para tal atividade, estão sendo cobrados para melhorar sua linguagem, dinamismo, e se ater mais ao tema da aula.** Para manter a cobrança das mensalidades, as escolas têm atendido cada vez mais os pedidos dos pais, reforçando ainda mais a visão mercadológica da educação (ZAJAC, 2020, s./p., destaques do autor).

Ajuntado a isso, temos que levar em consideração também que não são todos os grupos da população que se dispõem de recursos tecnológicos em casa, por conta das desigualdades sociais que impossibilitam que todos tenham condições para adquirir esses materiais.

Esses e muitos outros problemas aliados a inesperada pandemia se tornou uma grande barreira para que o ensino acontecesse de maneira esperada/planejada pelo grupo escolar no início do ano. A imposta mudança do ensino presencial para o não presencial se mostrou, portanto, como um grande desafio (BEHAR, 2020).

A implementação dessa metodologia, imposta pelas resoluções e necessárias para combater a expansão da doença, fizeram com que os docentes e demais funcionários passassem a desenvolver as aulas remotas, que, como dito, não estavam preparados para atuar com a metodologia, apesar de atualmente haver vários estudos na área, mas ainda não ser

praticado em nível básico. Esse desfalque é oriundo, *a priori*, pelo não contato logo no ensino superior, tampouco pelos agentes governamentais durante suas qualificações escolares. Para inúmeros profissionais, foi totalmente uma novidade. Muitos nem ao menos sabiam por onde começar. Além dos próprios desfalques, por conta do não domínio das redes, havia ainda de se pensar nos desfalques que os seus alunos poderiam ter também. Por conta dessas muitas dificuldades, como nos conta Behar (2020, s./p.), é que “Neste momento de transição, é preciso organização, paciência, permitir-se ter tempo de adaptação, errar, pedir ajuda, compartilhar”.

Percebemos uma grande dificuldade por parte dos docentes, seja pelos motivos já citados, além da falta de capacitação para manusear com destreza necessária a internet, que não os permitem elaborar salas ou materiais mais adequados às suas necessidades, bem como de seus alunos. A dificuldade encontrada para se inserir e seus alunos nesse novo contexto, e a formação de seres humanos capacitados. Esses problemas resultaram em sentimento de insegurança, já que a maioria se sente despreparados, seja por formação em metodologias mais adequadas ou ausência de ferramentas necessárias, para ministrar o ensino remoto de maneira profícua.

Ao ministrar aulas em casa é quase impossível não misturar questões familiares a questões dos trabalhos, que tornam frágeis todas as atividades desenvolvidas. O acesso tecnológico não isola o ensino, mas a junção de várias questões afetivas sim. Os professores possuem outras funções, a maioria ocupa a posição de pai ou mãe, responsável por algum grupo familiar etc., que estando somente dentro de casa encontra dificuldades para conciliar às aulas não presenciais às atividades cotidianas comuns de sua prática, além dos novos, como ajudar os filhos com as atividades escolares, elaborar relatórios que antes não eram necessários, verificar se os alunos estão conseguindo realizar e acompanhar as atividades, entre inúmeros outros. Por tais motivos, passamos em seguida a abordar sobre as consequências de tudo isso para a saúde mental dos professores, tecendo algumas considerações sobre o tema.

## **2 A PANDEMIA E O MUNDO DO TRABALHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES NESSE CONTEXTO**

O surto inesperado da pandemia causado pelo vírus da COVID teve um grande impacto em destoantes dimensões da vida social, econômica e cultural. A pandemia provocou múltiplas mudanças, sobretudo aos grupos pertencentes ao contexto de vulnerabilidade social,

o que revela um aprofundamento de desigualdades já existentes. Também trouxe as enormes diferenças no acesso a bens e serviços presentes em praticamente todos os lugares.

Sob o lema de defesa da vida, as primeiras medidas adotadas de isolamento social preventivo e obrigatório foi um instrumento indispensável para evitar massificação de infecções e mortes, como aconteceu em países como a China, Espanha e Itália. Em meio a esse episódio, diferentes atores no campo da saúde - das universidades, movimentos sociais, usuários, grupos sindicatos, gestores de políticas públicas e trabalhadores da área da saúde e direitos humanos - vêm observando e debatendo como é possível garantir a proteção à saúde mental nesses últimos meses, procurando compreender a dimensão do sofrimento psíquico que a pandemia vem ocasionando. Isso se faz necessário, pois as condições de vida e a estrutura intersubjetiva e comunidade ligada à saúde mental é um dever de debate público. Assim é que, a fim de contribuir para uma construção de políticas e práticas que incluem a dimensão da subjetividade, os consultores especialistas do Presidente da Nação, inicialmente infectologistas e epidemiologistas, profissionais da área de saúde mental, orientam sobre as medidas de prevenção necessárias para conter o avanço da pandemia no Brasil.

Os primeiros casos de contágio estavam ligados a retornos de viajantes do exterior, isto é, quem estava mais suscetível a contaminar eram os grupos sociais de estratos econômicos superiores. Mais tarde a doença é expandida e passa a afetar todos os setores sociais e com maior impacto sobre populações em uma situação de vulnerabilidade que sofre iniquidades históricas, ou seja, as pessoas que vivem em bairros populares (em condições de superlotação, com difícil acesso a água potável, comida e tecnologias digitais, entre outras), as famílias migrantes e povos nativos, pessoas internadas em lares de idosos, prisões, lares de crianças e em instituições monovalente por saúde mental e/ou razões de consumo problemático. Este último viu aumento da violência institucional, bem como os processos de exclusão, discriminação e violação de direitos (GUIMARÃES, 2020, s./p.).

De acordo com Barcala e Faraone (2020), a pandemia de Covid-19 mostra a velocidade com que a exploração capitalista e a desigualdade radical encontram formas de se reproduzir e ficar mais forte, materializando e intensificando as formas dominantes de gestão e controle sobre a humanidade. O Governo Nacional mantém uma preocupação com a dimensão social e humana de apostas pandêmicas para impedir a velocidade de contágio e garantir a reorganização de um sistema de saúde de lotação. Para isso, ao longo deste caminho, o governo também teve que assumir uma série de proteção social implantada a fim de aliviar a crise profunda em que setores mais pobres eram submersos, na medida que a pandemia se agravou, com a inserção de alguns programas, como o auxílio emergencial, o que

obviamente ainda não solucionou o problema dos brasileiros, pois até hoje estamos vivendo o pico da doença, com um alto número de infectados e mortos no país.

O setor de saúde que há anos também apresentava um profundo esvaziamento e desaparecimento do ministério recebeu um aumento significativo de investimento, sobretudo em equipamento, infraestrutura, leitos hospitalares e de terapia intensiva. No campo da saúde mental, a pandemia apelou para as instituições e pediu para repensar a produção e modos e práticas de cuidado desenvolvidos por serviços, sobretudo pelos meios digitais (VIANA, 2020).

Como explica Viana (2020, p. 74), “Este tipo de serviço vem sendo regulamentado no campo da Psicologia desde meados da década de 1990 e no contexto da COVID-19 houve necessidade de novos aportes”. Assim, introduziu-se o uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), via mídia digital, também na prestação de serviços de saúde na tentativa de manter o atendimento à distância e resolver problemas ligados a questões psicológicas.

A procura por ajuda com serviços psicológicos nesta modalidade *on-line* já estava crescendo exponencialmente nos últimos anos, como conta a pesquisa de Viana (2020, p. 76), com as regulamentações desde 2015. “Esta tendência de crescimento do uso de TICs no campo da saúde (em especial entre os profissionais de Enfermagem e Medicina) também foi verificada por pesquisa da Agência Nacional de Saúde Suplementar”.

Com a pandemia, esse contexto cresceu ainda mais, especialmente nos primeiros meses de 2020, segundo Viana (2020), que arrolaram documentos com relatórios de atendimentos psicológicos em todo o Brasil. Em alguns lugares, como a Bahia, a procura pelo atendimento psicológico *on-line* viés plataformas disponibilizadas pelo governo, no caso do estado o *e-psi*, do Conselho Federal de Psicologia, elevou 800% neste período de pandemia da COVID 19. A procura por atendimentos psicológicos por meio dos TICs foi aumentando ainda mais com a continuidade do período de isolamento social.

Barcala e Faraone (2020) também nos assevera para o fato de que este isolamento intensificado em espaços onde, devido às desigualdades existentes, não havia conexão digital, leva ao aprofundamento da violência e a violação de direitos deixando a ideia de que existem vidas que podem ser vividas em sua precariedade e outras não, vidas que valem a pena e outras não. Ainda segundo os autores, além de outras dimensões, há um sofrimento psíquico ocorrido com a pandemia. O Covid-19 modificou a forma de morrer, bem como enfrentar, conduzir e realizar, inclusive os rituais de despedida estabelecidos para as diferentes crenças.

Assim, podemos dizer que as mudanças ocorreram drasticamente no mundo do trabalho, mas também na própria forma de viver das pessoas, que, de maneira geral, perdem a

liberdade, se sentem inseguras e quando se veem diante de uma perda não podem mais manter os ritos habituais. Tudo isso interfere, no psicológico e no mundo do trabalho. Segundo Souza et al (2021), a pandemia do coronavírus atingiu neste início do século o mundo do trabalho, que apresenta características dramáticas, para as quais não se tem muito estudo, particularmente no que se refere a relação entre as epidemias e as consequências no trabalho. Ainda no texto dos autores,

De acordo com o documento da International Labour Organization (ILO), “Monitor OIT: Covid-19 e o mundo do trabalho” (*International Labour Organization, 2020*), trata-se da pior crise global desde a Segunda Guerra mundial que afeta 3,3 bilhões de trabalhadores, causando um grave declínio de postos de trabalho. Segundo o mesmo documento, o fechamento dos locais de trabalho no período da pandemia aumentou tão rapidamente que 81% da força de trabalho global está em situação de isolamento obrigatório ou recomendado. Frente às medidas de *lockdown*, confinamento e isolamento social como alternativas coletivas possíveis de enfrentamento à doença, enquanto a vacina não é descoberta, para muitos trabalhadores, o ato de trabalhar em seus tradicionais postos de trabalho tornou-se uma atividade impossível (SOUZA *et al*, 2021, p. 2).

Vivenciamos a mutabilidade do trabalho, a não adequação dos sistemas clássicos de proteção social, o desemprego, a informalidade, em momentos cruéis do sistema econômico que ainda ocorrem como uma continuidade das últimas décadas no mundo ocidental e que fazem com que os trabalhadores ocupem um lugar assinalado pela precariedade, vulnerabilidade e incerteza.

Entre os inúmeros setores de trabalhos, temos o dos professores que passaram a executar suas tarefas de maneira inesperada utilizando-se de mecanismos tecnológicos e plataformas digitais sem ao menos terem tido formação ou auxílio de materiais e/ou orientações para que executassem a tarefa de forma desejável. Tudo isso levou obrigatoriamente o professor a uma adaptação em uma nova maneira de ensinar, estando dependentes do ambiente virtual para desenvolver suas aulas e se comunicar com seus alunos, fazendo da sua casa também espaço reservado para desenvolver suas aulas. Neste sentido, o que antes era utilizado como espaço de afazeres domésticos e relações familiares, agora torna-se também local de trabalho.

Tudo isso fazia parte de um mundo inimaginável em tempos normais e estar em meio ao desconhecido traz sentimentos que geram angústia, ansiedade, pânico, entre outros. E, dependendo da forma como se vivencia essa situação, de modo particular para quem já dispunha de sintomas ligados a evidências de depressão ou qualquer problema relacionado à saúde mental, o quadro pode agravar-se ainda mais. No “Resumo de política: Covid-19 e a necessidade de ação em saúde mental”, publicado pela Organização das Nações Unidas, há

uma preocupação em relação ao impacto causado pela pandemia na saúde mental das pessoas, levando a uma apreensão quanto aos efeitos do vírus na própria saúde e de seus familiares. No mais, informações não verdadeiras e rumores frequentes acerca do vírus e suas possíveis implicações criam um sentimento de insegurança acerca dos dias seguintes.

Como afirmam os autores que discutem acerca do tema, a utilização da internet não é tarefa simples, de modo especial para o professor, acostumado a ter contato com vários alunos em sala de aula e com uma rotina profissional totalmente diferenciada, em função do isolamento, tendo que se readaptar. Obviamente a internet e o uso de mídias digitais faziam parte do contexto de vários, mas não como recurso único.

Santana et al (2020) explicam que há tempos a internet vem se tornando um dos principais incitadores de mudanças de hábitos e relacionamentos, por meio da criação de um ambiente de ludicidade e de formações de identidades, sendo vista como um espaço novo de atividade humana, seja para práticas sociais ou educacionais, bem como nas culturais e nos relacionamentos sociais, como estamos vendo neste momento de pandemia principalmente. Segundo os autores, a pandemia tornou o que estávamos considerando como conveniência *online* para uma precisão diária. Para Santos (2020), a pandemia e a quarentena estão nos mostrando as possíveis alternativas, sobretudo ao que diz respeito ao uso da internet, com adaptações de novas maneiras de viver quando tal processo é necessário e sentido como correspondendo a um bem comum.

Ademais, é preciso pontuar aqui, que os problemas antes pontuais, já que o ensino preponderante era o presencial, passam a ser de outra ordem. Destacamos os relacionados aos estudantes que moram no meio rural, ou que pertencem à grupos marginalizados da sociedade, que comumente não tem acesso a um computador ou uma rede de internet, que facilitem o seu contato com o professor durante essa educação remota. Para estes grupos, além das aulas e comunicações virtuais, o professor também precisou se adequar, sendo comum a entrega impressa de tarefas. Nesse sentido, destacamos que para estes é necessário criar políticas públicas emergenciais, que possam facilitar o acesso de todos com igualdade de oportunidades, não só entre alunos, mas também entre professores, para que haja continuidade do ensino escolar.

Santana et al (2020) dizem que é preciso, neste momento, encarar as aulas online “como uma oportunidade para aprender mais sobre as novas ferramentas digitais e como melhor aproveitá-las”. No entanto, isso não é uma realidade para todos (e este é o grande problema), já que a grande parte dos professores não recebeu instrução prévia para lidar com essas ferramentas. Rocha et al (2020), em uma pesquisa de campo *online* com professores da

área da Administração de uma instituição de nível superior, conta-nos que todos os professores narraram ter algum tipo de dificuldade no momento de ministrar as aulas, sob a justificativa de que durante a sua formação nunca tiveram contato como uma disciplina, seminário ou qualquer outra atividade que os preparassem para lidar com o ensino por meio de plataformas digitais, ou mesmo via EAD, apesar de ser um assunto bastante discutido hoje. Outras pesquisas nessa temática não alteram muito o resultado para essa questão.

A utilização desses recursos já era assunto em pauta, mas não havia investimento nesse sentido, pensando numa formação universal entre professores e alunos para o seu uso. Isso nos mostra, como Rocha et al (2020) já veem discutindo que muitas faculdades e até mesmo algumas universidades, já vinham iniciado, mesmo que de maneira incipiente, o processo de ensino e aprendizagem via EAD. O que os professores não esperavam era a necessidade de ter que usar as ferramentas e técnicas de forma tão rápida, como aconteceu neste ano de 2020 com a chegada da pandemia.

Conforme apontam as leituras feitas em muitos ambientes educacionais a falta de instrumentos tecnológicos, apoio técnico e formação para lidar com essas ferramentas levaram ao desenvolvimento do ensino por meio de tarefas impressas. Essas aulas não presenciais, por meio de tarefas, acontecem com o auxílio de mensagens trocadas via WhatsApp, conforme planejamento prévio com cada turma. Existe também um plantão pedagógico, com datas e horários marcados, para controlar o número de pessoas, que permitem aos pais buscarem as atividades. Apontam, ainda, que algumas instituições têm feito uso de programas de chamadas em vídeos, como meet, para ministrar as aulas e indicar materiais de estudo. Atualmente existem trabalhos, como os de Costa et al (2020, p. 1), que estão discutindo a proficuidade da ferramenta para aplicação das aulas, sob justificativas, por exemplo, de que “as aulas são dinâmicas, pois o aplicativo facilita o uso de vídeos, jogos e imagens, e o uso de imagem atrelado ao conteúdo ajuda na assimilação, tornando a aprendizagem mais significativa”.

Entretanto, não é essa a realidade apresentada, o que vimos foi a convivência dos professores com inúmeros problemas, desencadeando frustrações e consequentes problemas de ordem psicológica, sobretudo a ansiedade. Resumidamente temos um contexto que revela a necessidade de não parar com o ano letivo, como pressão dos pais e do estado, o que fez com que os docentes precisassem se adaptar, além de terem que remanejar as atividades de suas rotinas de casa, uma vez que a maioria necessitou dar conta de atividades domésticas, visando manter a regra posta pelo governo do isolamento social. Ajuntado a isso, verificamos também que muitos docentes não estavam preparados para incluir novas tecnologias, considerando que

sua formação não inclui o uso de tecnologias digitais ou que as escolas não se dispõem de material. Essas questões, dentre tantas outras, ocasionou em muitos uma pressão psicológica alta, sobretudo as relacionadas ao não conseguimento de atingir os objetivos propostos pela instituição, como nos explica Silva et al (2020).

Esses dados se abalizam com os muitos outros já publicados nessa temática em todo o Brasil, os de Silva et al (2020), por exemplo, contam que no contexto da pandemia, independentemente de qualquer setor, ocasionou medo e, conseqüentemente, os níveis de ansiedade e de estresse em indivíduos saudáveis elevaram e os sintomas dos que já apresentam algum distúrbio psiquiátricos pré-existent intensificaram. Por meio do site Agência Brasil, segundo pesquisa publicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), chegou a 80 % o nível de ansiedade de brasileiros, nos meses de maio, junho e julho. Esse nível é bastante elevado chegando a considerarem que “o impacto da pandemia na saúde mental deve ser considerado crise de saúde pública” (AGÊNCIA BRASIL, 2020, s./p.).

Pereira et al (2020) nos leva a refletir, a partir das pontuações apresentadas aqui, a importância de articular as exigências profissionais no contexto da pandemia com a saúde mental desses sujeitos, garantindo, desta forma, condições em que se enquadram nas velhas e novas exigências, sempre considerando a possibilidade de adoecimento mental, fazendo essa questão ter mais relevância, oportunizando então que as destoantes dinâmicas desses professores e as possibilidades de reconfiguração do seu trabalho sejam discutidas.

Como dito acima, muito são os motivos que caracterizam as particularidades de dificuldades de cada professor. Mas no geral, percebemos que todos passaram por alguma dificuldade, o que os tornam mais suscetíveis a algum problema psicológico, decorrente das inúmeras pressões. Daqui surge a necessidade de se pensar em um programa de treinamento contínuo, de forma a aperfeiçoar as variedades de metodologias dos docentes. Além do mais é preciso considerar que

Além dos impactos psicológicos diretamente relacionadas à COVID-19, coexistem conjuntamente, os abalos biopsicossociais causados pelas medidas preventivas de contenção da pandemia, como por exemplo, os efeitos da quarentena e do isolamento social, que limitam não somente nossas interações presenciais e relações sociais, como também, restringem a realização de atividades de lazer e entretenimento, sendo estes, também considerados como potenciais fatores de risco à saúde mental e bem-estar emocional (PEREIRA, 2020, p. 31).

Consideramos ainda que as investigações sobre os impactos na saúde mental como produtos da pandemia do novo coronavírus ainda são incipientes, já que se trata de fenômeno muito recente, mas nos mostram as implicações negativas consideráveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos leva a considerar, com base nas pesquisas em publicação mencionadas no texto e tantas outras que podem ser acessadas nas plataformas de pesquisas, que muitos docentes podem ter tido alguma doença ligada a aspectos psicológicos decorrentes do ambiente gerado pela Covid-19, como transtornos depressivos leves, transtornos afetivos bipolares, ansiedade, transtornos de adaptação, entre outros. Tudo isso agrava uma situação já detectada anteriormente que apontam à docência como uma das profissões mais estressantes nos países, em função da sobrecarga de trabalho. Dessa forma, nesse contexto, o trabalho como professor no formato de ensino remoto emergencial nas instituições escolares para muitos pode ser também um ambiente propício ao agravamento e ao adoecimento mental pelos impactos da Covid-19, fundamentados pelas notícias jornalísticas de morbimortalidade, pelas pressões vindas das instituições de ensino relacionadas ao uso das tecnologias digitais, ajuntadas a sua vida conjugal, materna e doméstica e muitas outras atribuições que já possuía ou passou a ter com esse período. O docente estava com todos os holofotes, o centro das atenções, e a não separação das jornadas de trabalho –casa e escola- subtendia que ele estava à disposição 24hs por dia, fato que não era verdadeiro. Isso requer um olhar cuidadoso para estes profissionais “adoecidos” pelas condições de trabalho do momento, ao mesmo tempo em que chama atenção para a necessidade de medidas a serem implantadas visando atendê-los, quanto a sua saúde mental.

Identificamos, ainda, a necessidade de capacitações que instrumentalizem docentes para a utilização das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, de modo a propiciar maior facilidade de uso dessas ferramentas, aumentando a qualidade do seu trabalho, bem como de investimento em recursos tecnológicos nas escolas brasileiras.

Como meio de ajudar, indica-se que sejam elaborados espaços virtuais que tenham o acompanhamento de equipes multiprofissionais, para o atendimento aos professores quanto ao uso das tecnologias, mas de modo mais intenso, proporcionando atividades de relaxamento, especialmente os destinados para a melhoria da saúde mental, para que possam expor suas angústias e, deste modo, diminuir o turbilhão de sentimentos que estão fazendo parte de suas vidas no meio da pandemia.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Eucídio Pimenta. **Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de covid-19**. Em Rede – Revista de Educação a distância – 2020, Volume 7, n.1, p.257-275.

DURTRA, Flávia. **O ensino remoto emergencial e a educação a distância**. 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

GUIMARÃES, Cátia. **Antes, durante e depois da pandemia: que país é esse?** 2020. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/antes-durante-e-depois-da-pandemia-que-pais-e-esse>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ZAJAC, Danilo. EPUFABC. **Ensino remoto na educação básica**. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/antes-durante-e-depois-da-pandemia-que-pais-e-esse>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

VIANA, Diego Mendonça. Atendimento psicológico online no contexto da pandemia COVID-19. **Caderno ESP**, Ceará, v. 14, n. 1, volume especial, p. 68-73, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/399/215>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SOUZA, Katia Reis de; SANTOS, Gideon Borges dos; RODRIGUES, Andréa Maria dos Santos; FELIX, Eliana Guimarães; GOMES, Luciana; ROCHA, Guilhermina Luiza da; CONCEIÇÃO, Rosilene do Carmo Macedo; ROCHA, Fábio Silva da; PEIXOTO, Rosaldo Bezerra. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1-14, jan. 2021. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462021000100401&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462021000100401&script=sci_arttext)>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CNE. **Nota de esclarecimento**. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/03/nota-esclarecimento-cne.pdf>, com acesso em 20/01/2021.

COSTA, Angélica Ferreira da; SILVA, Jannabsa Jussara Rodrigues e; PEREIRA, Cledir Rocha; MEDEIROS, Maria Aparecida Ferreira de; MEDEIROS, Maria Fabrícia de. Uso do google meet como ferramenta de aproximação: atividades docentes em tempos de isolamento social. In: CONGRESSO ONLINE DAS TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 1., 2020. **Caderno de Resumos...** 1., Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <[https://congresso.me/eventos/contead/artigos/5648/pdf\\_view.pdf](https://congresso.me/eventos/contead/artigos/5648/pdf_view.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2020.

DESPACHO de 09 de Dezembro de 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Despacho-sn-2020-12-09.pdf>. Com acesso em 20/01/2021.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Portaria nº 343**, de 17 de março de 2020, publicada em 18/03/2020, Edição: 53; Seção 1; pág. 39. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em 20/01/2021.

SILVA, Andrey Ferreira da; ESTRELA, Fernanda Matheus; LIMA, Nayara Silva; ABREU, Carlos Tibúrcio de Araújo. Saúde mental de docentes universitários em tempos de pandemia. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 1-4., 2020. Disponível em: <[https://www.ims.uerj.br/wp-content/uploads/2020/05/physis30\\_2\\_a16.pdf](https://www.ims.uerj.br/wp-content/uploads/2020/05/physis30_2_a16.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Editora Almedina, 2020. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5512404/mod\\_resource/content/2/LIVRO\\_Boaventura\\_Santos\\_A\\_cruel\\_pedagogia\\_do\\_virus.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5512404/mod_resource/content/2/LIVRO_Boaventura_Santos_A_cruel_pedagogia_do_virus.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SANTANA, Valdirene Valdice de; SANTOS, Patrício Rinaldo dos; LEAL, Adriana Karla Tavares Batista Nunes; SILVA, Dammyres Barboza de Santana; PEREIRA, Eugênia Veríssimo; SILVEIRA, Letícia Nayara Silva da; NASCIMENTO, Rogério Augusto do; FAGUNDES, Francisca Edineide Alves. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 78866-78876, out. 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/18357/14817>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ROCHA, Márcio Dourado; NASCIMENTO, Rosalina Maria Lima Leite do; VERAS, Marcos Flávio Portela; ARAÚJO, Rhogério Correia de S.; MARQUES, Ieso Costa; FIACO, Juliana Luíza Moreira Del; MENEZES, Regiane Janaína Silva de; SOARES, Elizabeth Cristina. A pandemia e o rompimento de barreiras na educação: um relato de experiência dos docentes do curso de administração. In: SEMINÁRIO DE ATUALIZAÇÃO DE PRÁTICAS DOCENTES, 39., 2020. **Anais...** Anápolis: UniEVANGÉLICA, 2020. Disponível em: <<http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/praticasdocentes/article/view/5748/3207>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

PEREIRA, Hortência Pessoa; SANTOS, Fábio Viana; MANENTI, Mariana Aguiar. Saúde mental de docentes em tempos de pandemia: os impactos das atividades remotas. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, ano II, v. 3, n. 9, p. 26-32, 2020. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/boca/article/view/Pereiraetal/3074>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

PORTARIA MEC, nº 544, de 16 de Junho de 2020. Disponível em <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3185/portaria-mec-n-544-2020>, com acesso em 20/01/2021.